

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.190.997 - SP (2017/0271883-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : IHARABRÁS S/A INDÚSTRIAS QUÍMICAS
ADVOGADO : MARCELO MUCCI LOUREIRO DE MELO E OUTRO(S) -
SP144880
AGRAVADO : MARCIA APARECIDA DE ALMEIDA
ADVOGADO : ADRIANO PELISSARO REZZADORI - SC025556

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO – PRELIMINARES DE REJEIÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS, DESENTRANHAMENTO DOS DOCUMENTOS E CERCEAMENTO DE DEFESA – AFASTAMENTO – Não sendo instruída a inicial com as peças relevantes, deveria o Juízo “a quo” determinar a emenda. Não o fazendo e estabilizada a relação processual necessária a apreciação da controvérsia, não havendo como retroceder. Ademais, tratando-se de processo digital, desnecessária a exigência formal. Documentos que eram de conhecimento da apelante, não caracterizando cerceamento de defesa. Recorrente que apresentou diversas manifestações posteriores à juntada das peças relevantes. Preliminares afastadas.

EMBARGOS À EXECUÇÃO EXTINÇÃO DA FIANÇA OCORRÊNCIA A formalização de nova fiança e a novação das obrigações, sem o consentimento da apelada, tem, por consequência, o reconhecimento da extinção da fiança, nos termos do artigo 838, inciso I, do Código Civil. Recurso não provido.

A agravante sustenta que a petição inicial dos embargos à execução é inepta, porque ausentes cópias da execução e do título executivo, somente juntados após a contestação. Afirma a nulidade da sentença em face do cerceamento de defesa, porque não foi intimada para contraditar os documentos novos juntados pela autora.

Acerca da inépcia da inicial, o recurso não tem como ser conhecido, pois não foi impugnado o fundamento do julgado estadual, que se amparou na aplicação analógica do art. 1.017, § 5º, do Código de Processo Civil, para a solução deste tema em particular, suficiente por si só para manter o acórdão, que por consequência não pode ser alterado por força do veto contido no enunciado 283 da Súmula do STF.

Relativamente à alegação do cerceamento de defesa, a Corte de origem afirmou que a parte teve diversas oportunidades para se manifestar acerca dos documentos novos juntados (fl. 706 e-STJ). Ademais, nos moldes da jurisprudência desta Corte, como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a juntada de prova que considere necessária à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENGENHEIRO E DA EMPRESA CONTRATADA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Examinados suficientemente todos os pontos controvertidos, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

II – Se, diante da prova dos autos, as instâncias ordinárias concluem pela culpa do agravante e pelo nexo de causalidade, entender diversamente esbarra na Súmula/STJ.

III - O Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Assim, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e/ou o indeferimento de prova oral demanda reexame provas, providência vedada em sede de recurso especial. Agravo regimental improvido". (AgRg no Ag 771.335/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/09/2008, DJe 23/09/2008)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora